

A METODOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

*Eduardo Mekitarian**

Resumo

O presente estudo visa introduzir o aluno no debate acerca da importância da questão da metodologia na ciência econômica. A primeira parte deste texto trata da discussão metodológica entre dedutivistas e indutivistas que polarizou os debates entre as escolas econômicas por mais de um século. A segunda parte aborda o método dialético proposto por Marx e a discussão contemporânea da questão metodológica a partir dos estudos de Popper. Conclui-se o trabalho, mostrando a necessidade da combinação entre dedução e indução e de teorias e estudos realistas empregados na pesquisa científica em economia.

Palavras-chave

Método, Metodologia, Dedutivismo, Indutivismo, Dialético.

* Eduardo Mekitarian é graduado em economia pela Faculdade São Luís, professor na mesma faculdade e mestre em Comunicação e Educação na Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo.

A Metodologia Clássica

Um dos aspectos mais frágeis ao longo do desenvolvimento da Monografia e que, portanto, carece de maior atenção, é a falta de prática da pesquisa científica por parte dos estudantes, o que os leva a cometer erros de julgamento entre método e metodologia, fazendo-se necessária uma distinção conceitual entre ambos. Tanto método quanto metodologia são importantes para o desenvolvimento do trabalho científico. O desenvolvimento da economia, assim como em outras ciências, se faz mediante o concurso de métodos, caracterizados por GIL¹ como *procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento ou a demonstração da verdade*. Por metodologia entende-se como o estudo dos métodos, técnicas e procedimentos utilizados para o desenvolvimento do trabalho científico.

A aspiração de definir um método universal aplicável a todos os ramos do conhecimento também se fizeram sentir no campo da economia em que alguns pensadores pretenderam definir um único método que servisse a toda sorte de investigação. Hoje, porém, admite-se falar em diversos métodos por se situarem em níveis claramente distintos e aplicáveis conforme a natureza do objeto a ser investigado. Para se entender o tipo de investigação desenvolvida na elaboração de uma Monografia é importante analisar as diversas orientações teóricas e metodológicas existentes, fazendo-se necessário o conhecimento da Metodologia da Economia que fornece a base lógica e conceitual para o desenvolvimento do trabalho.

Os métodos através dos quais os economistas explicam os fenômenos que investigam representam uma espécie particular de uma classe mais ampla de explicações científicas e, por esta razão, apresentam algumas características discutíveis como se observa a seguir. No que tange à metodologia econômica, segundo Martins Filho² seus objetivos são: a) entender a estrutura comum às teorias econômicas, em particular o relacionamento entre os seus pressupostos básicos e suas implicações; b) entender como os economistas usam a evidência empírica para avaliar suas teorias e, portanto, permitir a escolha entre explicações ou teorias alternativas. Blaug³ define a metodologia econômica como *o ramo da*

1. Antonio Carlos Gil, *Técnicas de Pesquisa em Economia*, p. 21.

2. Carlos Brunet Martins Filho, *Introdução à Economia*, p. 439.

3. Mark Blaug, *Metodologia da Economia*, p. 20.

economia no qual examinamos as formas com as quais os economistas justificam suas teorias e as razões que eles invocam para preferir uma teoria à outra; a metodologia tanto é uma disciplina descritiva como prescritiva.

Desde a década de 70, o interesse na metodologia da economia cresceu substancialmente em função da proliferação das suas idéias, temas e projetos, além da evolução da ciência econômica. Essa década foi essencialmente marcada pelas crises econômicas que, em razão do seu alcance, tornou possível enxergar a metodologia econômica como uma subdisciplina claramente identificada dentro da economia. A necessidade de defender princípios corretos de raciocínio em economia data desde os tempos de Ricardo (1873) em que usou o que se convencionou chamar modernamente, em Filosofia da Ciência, de “Modelo Dedutivo” para a geração de teorias. Segundo Backhouse (1984), a literatura existente sobre a metodologia da economia era muito limitada. Existiam as discussões clássicas de Senior (1836), Mill (1844), Neville Keynes (1891), Robbins (1932), Hutchinson (1938) e Machlup (1963); da mesma forma trabalhos realizados por Samuelson (1963), Koopmans (1957) e Friedman (1953), assim como de economistas considerados críticos, como Myrdal (1953), Dobb (1937) e Robinson (1962) e economistas pertencentes à Escola Austríaca como Muses e Hayeck.

Backhouse menciona que essa situação começou a mudar com o aumento do número de artigos sobre metodologia, muitos dos quais publicados na revista História da Economia Política, editada em 1968. Na área da metodologia da economia, as publicações foram se sucedendo como as de Rosenberg (1976), Stewart (1979) e Caldwell (1982). No entanto, foi a obra de Blaug (1980) que se tornou referência na área. Relativamente à ela, Backhouse (1994) observou que o autor definiu com propriedade que, os estudos de caso realizados firmaram a questão em que o meio para se compreender a metodologia econômica era o exame de sua história, sob a luz das idéias da filosofia. A evolução histórica da Metodologia Econômica sofreu forte influência da Filosofia da Ciência, razão pela qual os seus desenvolvimentos foram inspirados em transformações nas bases conceituais da Filosofia da Ciência. Assim, o estudo da evolução da metodologia na economia freqüentemente voltou sua atenção para o que se passava nesta área da Filosofia. Como observa Martins Filho (1997), o que estava ausente era uma discussão de por que usar este ou aquele princípio metodológico na geração de

conhecimento sobre o sistema econômico e, como usá-lo. Essa discussão só floresceu após um intenso debate sobre a validade da teoria conhecida por teoria Ricardiana, promulgada por David Ricardo, um dos expoentes da Escola Clássica.

Segundo Pinho, para a ciência econômica, assim como para qualquer ciência social, o problema do método significa o meio de reconstituição racional do real ou de sua interpretação. A Economia, como ciência social, cuida de um determinado aspecto de sua realidade econômica, que é a atividade econômica. Na tentativa de explicar a atividade econômica, a Economia recorre a todos os processos do conhecimento científico combinando os vários instrumentos de análise ou optando por determinados métodos, o que tem levado a disputas metodológicas entre autores ou Escolas. Aos diferentes enfoques das Escolas correspondem métodos também diferentes e, não raro, conflitantes.

As controvérsias metodológicas se faziam sentir já no século 18, onde se distinguia duas concepções da ciência econômica correspondentes às posições dos fisiocratas e clássicos e que utilizavam dois métodos opostos. Essas Escolas atribuíam importante papel à ordem natural, considerando a economia como ciência da natureza. A metodologia dessas Escolas era dedutiva e abstrata, porém os fisiocratas enfocavam os problemas do ponto de vista macroeconômico ao passo que os clássicos permaneceram na ótica microeconômica, *buscando leis gerais e universais de decisiva influência sobre a atividade econômica*⁴. Na metade do século 19, os historicistas, notadamente os da Escola Histórica Alemã, opuseram-se ao método dedutivo e abstrato dos clássicos, substituindo-o pelo método indutivo e concreto. Sua contribuição não foi apenas crítica, foi fundamental no sentido de fornecer uma compreensão geral do sistema econômico através do estudo da teoria econômica sob uma perspectiva histórica. Pinho (1988) observa que, durante mais de um século, várias escolas discutiram o problema metodológico hesitando entre o deduzir (tirar conseqüências de um princípio por meio de uma cadeia de raciocínios) e o induzir (chegar a uma proposição geral por meio da observação dos fatos).

O debate metodológico que se seguiu teve como princípio dois modos básicos de geração de proposições científicas: o método indutivo

4. Carlos Marques Pinho, *Manual de Economia*, p. 32.

(MI) e o método dedutivo (MD). O método indutivo, predominante no século 19, iniciou a geração de proposições científicas pela observação imparcial dos fatos, a partir da qual chegava-se, por meio de inferência indutiva, à formulação de leis universais a respeito desses fatos e, em virtude do processo indutivo, chegava-se a proposições de maior generalidade, chamadas teorias científicas. Essas teorias devem ser confrontadas com a realidade que se pretende explicar. O método dedutivo difere do indutivo em sua inspiração. Conforme este método, a geração de proposições científicas se iniciou com pelo menos uma Lei Universal e a suposição de uma série de condições iniciais que juntas constituíam o conjunto de premissas a partir do qual, e com o auxílio dos instrumentos de dedução lógica, chegava-se a proposições científicas a respeito do objeto do estudo, que podiam então ser confrontadas com a realidade.

A alternância na utilização desses métodos é perceptível na obra de Smith (1981) na qual a evidência histórica, factual e institucional condicionam a teorização. É com Ricardo que o método dedutivo se cristalizou como instrumento metodológico básico, tendo em Stuart Mill e John E. Cairnes seus maiores seguidores. Para Mill, a ciência econômica é uma ciência abstrata no sentido de que suas proposições básicas derivam de uma série de hipóteses iniciais fundadas na introspecção e observação dos agentes econômicos (consumidores, produtores), mas não baseadas em fatos concretos ou observações específicas.

Na interpretação de Blaug, para Mill, a ciência econômica nada mais é que um conjunto de análises dedutivas baseadas em premissas comportamentais abstraídas de todo aspecto não-econômico do comportamento humano, ou seja, de uma série de fatores que podem influenciar de maneira não prevista o comportamento desse agente econômico e levar a proposições que conflitam com a evidência empírica. Cairnes aprofunda essa questão ao argumentar que as proposições em Economia só podem ser refutadas se as premissas em que se baseiam não existam ou as proposições não resultem de um processo dedutivo lógico a partir dessas premissas. Este posicionamento metodológico permitiu que as teorias ricardianas sobrevivessem por mais tempo que a realidade supunha, uma vez que as proposições econômicas testáveis, elaboradas por Ricardo, foram refutadas por evidências empíricas.

A Escola Clássica de Economia, a partir de Ricardo, acreditava haver descoberto as características gerais e universais que exerciam sobre

a atividade econômica uma influência decisiva, definindo assim, o método dedutivo como o adequado para a investigação econômica. Para Marchal⁵ esse modelo, *abstrato e esquemático, implicava que o comportamento humano seria determinado por seu interesse pessoal e pelo mínimo esforço*. Assim, por uma série de deduções lógicas, os economistas clássicos formulavam as leis que constituem a ciência econômica. Para Gil, o abuso do método dedutivo, que implica a rejeição da observação, reduziu a ciência econômica, um século após seu aparecimento, a um pequeno número de proposições simples formuladas como teoremas geométricos.

O Debate Contemporâneo

Por mais de um século várias Escolas discutiram o problema metodológico hesitando entre o deduzir (tirar conseqüências de um princípio por meio de uma cadeia de raciocínios) e o induzir (chegar a uma proposição geral por meio da observação dos fatos). A necessidade de classificar os métodos científicos é tratada por GIL, para quem uma classificação interessante é a que considera as duas principais dimensões da ciência: a lógica e a técnica. *Os métodos do primeiro grupo procuram garantir ao pesquisador a objetividade necessária para o tratamento dos fatos. Oferecem normas gerais que estabelecem a ruptura dos objetos científicos com os do senso comum*⁶. O pesquisador pode decidir o alcance da sua investigação, dar regras de explicação aos fatos e a validade das generalizações. Os métodos desse grupo mais adotados na Economia são o dedutivo (Ricardo), indutivo (economistas históricos) e o dialético (Marx). Os métodos do segundo grupo mais usuais são o observacional, o comparativo e o estatístico que visam a fornecer a orientação necessária para a realização da pesquisa econômica, sobretudo no que se refere à obtenção ao processamento e à validação dos dados pertinentes ao problema estudado. Para Pinho, Marx rompeu com as tentativas de conciliação metodológica, apresentando o método dialético que liga o concreto ao abstrato, o fato à idéia. O método dialético tem suas raízes em Hegel que o concebeu como a conciliação dos contrários em três momentos: a tese, a antítese e a síntese. A síntese supera a contradição, considerada por Hegel como essencial, mas não provoca uma parada

5. André Marchal, *Méthode Scientifique et Science Économique*, p. 42.

6. Antonio Carlos Gil, *Técnicas de Pesquisa em Economia*, p. 22.

definitiva — suscita sua própria negação que uma nova síntese deverá superar. Marchal⁷ considerava que a contribuição de Marx como economista tinha três grandes méritos:

1. Marx lançou as bases metodológicas da pesquisa e da explicação dinâmica e global. Ao contrário de certas dinâmicas imprimidas ao pensamento econômico que envolviam curtos períodos de tempo, a dinâmica de Marx referia-se a longos períodos.
2. Marx lançou as bases de um método de pesquisa total em que desenvolveu a convicção de que os fenômenos econômicos não podem ser compreendidos se tomados isoladamente, abstraídos de suas circunstâncias políticas, jurídicas, culturais etc.
3. Marx renovou o método histórico que deixou de ser predominantemente descritivo para se tornar interpretativo.

As oposições metodológicas não terminaram com as tentativas de conciliação proposta por Schmoller, dirigente da Escola Histórica Alemã, para quem indução e dedução são tão necessárias ao raciocínio como as duas pernas para andar. Renasceram algum tempo depois com as discussões entre a Escola de Viena e a Escola de Lausanne. Apesar de ambas terem o rótulo de marginalistas, o que as separava não era a natureza do raciocínio, mas os processos que cada uma utilizava: enquanto a Escola de Viena empregava os processos comuns da lógica, a Escola de Lausanne preferia os da lógica matemática. Tanto a Escola de Viena quanto a de Lausanne desenvolveram com muito rigor as tendências mecanicistas e formais da Escola Clássica.

Por cerca de dois séculos o modelo dedutivo se tornou dominante na Economia até a publicação da obra de Hutchinson (1938) que introduziu aos economistas as idéias de Karl Popper, para o qual a ciência é um conjunto de proposições sintéticas a respeito da realidade que podem em princípio serem refutadas ou falsificadas por observações empíricas (princípio da falsificação). A partir das idéias de Popper, Hutchinson sugeriu o rompimento radical com as obras metodológicas do passado, exigindo que o esforço de teorização em Economia se concentrasse na geração de proposições que fossem passíveis de teste empírico.

7. André Marchal, *Méthode Scientifique et Science Économique*, p. 93.

Afirmou Popper que devemos considerar todas as leis ou teorias como hipóteses ou conjecturas, isto é, como suposições. Dessa posição deriva o caráter conjectural do conhecimento, a impossibilidade de admitir a verdade como certa e a redução de conhecimento aos seus aspectos lógico-formais. Ramos⁸ contesta essa afirmação observando que, *admitir que a lógica não permite passar do particular ao universal não implica que todo conhecimento seja conjectural*. Esse princípio fundamenta o método indutivo que privilegia a observação como o processo para se chegar ao conhecimento.

Segundo Popper⁹ *é comum dizer-se indutiva uma inferência, caso ela conduza de enunciados singulares (por vezes denominados também enunciados particulares), tais como descrições dos resultados de observações ou experimentos, para enunciados universais, tais como hipóteses ou teorias*. Para esse autor não há justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares em que qualquer conclusão colhida desse modo sempre se pode revelar falsa. A questão é que o problema da indução se coloca como uma indagação acerca da verdade de enunciados universais que encontram base na experiência, uma vez que o resultado do experimento só pode ser um enunciado singular e não um enunciado universal.

Não se discute que as teorias econômicas, cedo ou tarde, devem ser confrontadas com a evidência empírica, como também, é certo que não se podem encontrar muitos exemplos de teorias econômicas que foram derrubadas por refutações repetidas. *Teorias econômicas não são simplesmente instrumentos para se fazer previsões perfeitas sobre eventos econômicos e sim tentativas genuínas de se descobrir forças causais que agem dentro do sistema econômico*.¹⁰ A ciência econômica não difere das demais ciências na discussão sobre os corretos métodos a serem aplicados na economia. Alguns, como Blaug (1993), defendem o falsificacionismo como um ponto de vista metodológico que considera teorias e hipóteses como sendo cientificamente se, e somente se, suas previsões forem pelo menos em princípio falseáveis. Outros, como Caldwell (1982), defendem a tese do confirmacionismo, na qual, o teste útil consiste na comparação das previsões de uma teoria com a realidade.

8. José Maria Rodrigues Ramos, *Lionel Robbins: Contribuição para Metodologia da Economia*, p. 58.

9. Karl Popper, *A Lógica da Pesquisa Científica*, p. 27.

10. Mark Blaug. *Metodologia da Economia*, p. 21.

Blaug observa que as distinções entre o confirmacionismo e o falsificacionismo são de grau e não de tipo. Os confirmacionistas, ao serem confrontados por uma refutação empírica, não abandonam sua teoria por ser falsa, tratam de a consertar ou de emendar o seu alcance. Os falsificacionistas correm riscos deliberados e consideram fracassos repetidos como um sinal de que teorias alternativas devam ser consideradas. Percebe-se a dificuldade da aplicação do falsificacionismo na economia uma vez que, para testar uma teoria, devemos construir um modelo da teoria e essa mesma teoria pode ser representada por uma variedade de modelos.

As proposições econômicas, para Robbins, são deduções de hipóteses simples que refletem fatos elementares da experiência. Conseqüentemente, a Economia não é uma ciência unicamente dedutiva. A formulação de hipóteses exige uma indução feita a partir da realidade com base nos fatos da experiência. A indução realizada na economia é diferente daquela que constitui a base das ciências naturais. Isto não implica que as suas generalizações tenham um caráter meramente formal. Para Espírito Santo (1993), a abordagem indutiva pode ser considerada uma evolução da abordagem dedutiva. Enquanto a abordagem indutiva depende da observação e experiência empírica, pode-se dizer que a abordagem dedutiva depende da lógica, da matemática e da experiência do pesquisador. Segundo Blaug¹¹, *a ciência começa com a experiência e prossegue através da observação e experimentos até chegar ao arcabouço das leis universais com a ajuda das regras da indução*. As descobertas consistem não simplesmente na elucidação de premissas dadas, mas na percepção dos fatos que são a base das premissas. As deduções em Economia são os resultados de um processo de conhecimento indutivo ao qual se chega de modo imediato pela experiência. Na pesquisa econômica contemporânea, a utilização do método dedutivo aparece em muitos momentos, mas não como um procedimento exclusivo como fizeram os clássicos, limitando, dessa forma, o alcance dos resultados que a Economia pretende buscar.

A polarização metodológica em torno do binômio indução-dedução é criticada por Gil, Robbins, Ramos e Salomon. Como se nota, não há método dedutivo puro, nem indutivo puro, empregados na pesquisa científica em economia dada a necessidade de combinação de dedução

11. id, ib, p. 49.

e indução, de teorias e estudos realistas. O método dedutivo, usado para problemas ideais, é precedido do indutivo, pois todo objeto ideal representa a etapa final de um projeto de abstração do concreto (particular) para o genérico ou universal. Por sua vez, o emprego do método indutivo no contexto da descoberta se consoma com o uso do dedutivo, desde o momento em que o pesquisador passa a agir no contexto da justificação.

Para Sardenberg, a principal desvantagem das ciências humanas em relação às exatas é a dificuldade de fazer previsões. É impossível para esta ciência prever acontecimentos no sentido em que o fazem as ciências exatas. A explicação é que na Economia, assim como em todas as ciências humanas, não se pode fazer experiência. Não se pode classificar de experimentos os diversos planos de estabilização da economia criados com o intuito de acabar com a inflação, mas sim, de tentativas de políticas econômicas baseadas em teorias fracas. A política econômica daí resultante em nada se assemelha aos experimentos do tipo que se faz em ciências como a Física, Química ou Biologia, experiências essas realizadas em laboratório em que os eventos são controlados e repetidos tantas vezes quanto for necessário para acurada observação. Daí pode-se prever algo que se repetiu várias vezes nas mesmas condições. *Em Economia, pode-se observar um fenômeno como a hiperinflação, retirar ciência a partir daí, mas não é possível repetir o evento para testar variáveis. A hiperinflação seguinte é outro evento, e assim segue a ciência, estudando e pesquisando sempre eventos novos e diferentes. Acumula-se aí, um poderoso e útil conhecimento*¹². No ambiente macroeconômico, um dos claros exemplos de desenvolvimento de teorias sobre inflação e moeda e que se mostraram consistentes é, sem dúvida, o Plano Real. No ambiente microeconômico, a ciência econômica tem criado modelos teóricos que buscam demonstrar como funcionam mercados financeiros complexos a fim de que se possa regulamentá-los e controlá-los com eficácia, garantindo que a poupança dos indivíduos seja bem aplicada.

A Economia está entre as ciências que mais evoluíram neste século. O recurso à formalização matemática explica essa evolução e distingue a Economia como a mais exata entre as ciências humanas. Embora possa contrariar uma corrente de economistas, trata-se de uma ciência que permanece no gênero das humanas. Desde que surgiu no século XVIII

12. Carlos Alberto Sardenberg, *O Estado de São Paulo*, 04/05/98, B2.

com a teoria clássica e dentro das suas limitações como ciência humana, a ciência econômica sempre buscou formular teorias que melhorassem a qualidade de vida das pessoas e promover um desenvolvimento econômico mais harmonioso e justo. Os diversos aspectos das controvérsias estudadas permitem concluir que o método da ciência econômica deve ser resultado da combinação dos vários métodos que permita a conjugação de esforços de economistas de especialidades diferentes.

Bibliografia

- BACKHOUSE, R. E. *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, 1994.
- BLAUG, M. *Metodologia da Economia*. São Paulo: Edusp, 1990.
- . *The Methodology of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ESPÍRITO SANTO, A. *Delineamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 1992.
- FRIEDMAN, M. *Essays in positive economics*. Chicago: Chicago University Press, 1953.
- GIL, A. C. *Técnicas de Pesquisa em Economia*. São Paulo: Atlas, 1991.
- HUTCHISON, T. W. *A review of economic doctrines 1870-1929*. Oxford: Clarendon Press, 1953.
- MACHLUP, F. *Methodology of economics and other social sciences*. New York: Academic Press, 1978.
- MARCHAL, A. *Méthode Scientifique et Science Économique*. Paris: M. Th. Génin, 1959.
- MARTINS FILHO, C. B. *Introdução à Economia*. Nali de Jesus de Souza (coord). São Paulo: Atlas, 1997.
- MASON, E. J. & BRAMBLE, W. J. *Understanding and conducting research*. New York: McGraw-Hill, 1978.
- PEREIRA, L. C. B. *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Maria Rita Loureiro (org.). Petrópolis: RJ, Vozes, 1997.
- PINHO, C. M. Metodologia da Ciência Econômica. In: PINHO, D. B. (coord.). *Manual de Introdução à Economia*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- POPPER, K. R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- RAMOS, J. M. R. *Lionel Robbins — Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo: Edusp/IL, 1993.

- ROBBINS, L. *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan (1932).
- SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SARDENBERG, C. A. “*A ciência econômica erra, mas funciona*”. In: O Estado de São Paulo. São Paulo: O Estado de São Paulo, 04/05/98, B2.
- SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Hemus, 1981.